

Parque Nacional Marinho de João Vieira e Poilão

Biodiversidade e Conservação

Citação recomendada:

Catry P, Regalla A (Eds). 2018. Parque Nacional Marinho João Vieira e Poilão: Biodiversidade e Conservação. IBAP – Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas, Bissau.

O Parque Nacional Marinho João Vieira e Poilão: Contexto geográfico e histórico

Justino Biai

IBAP – Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas, Bissau, Guiné-Bissau

Citação:

Biai J (2018). O Parque Nacional Marinho João Vieira e Poilão: Contexto geográfico e histórico.

In: Catry P, Regalla A (eds). Parque Nacional Marinho João Vieira e Poilão: Biodiversidade e Conservação.

IBAP – Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas, Bissau.

Parque Nacional Marinho de João Vieira e Poilão

**Biodiversidade
e Conservação**

Editores

Paulo Catry e Aissa Regalla



O Parque Nacional Marinho João Vieira e Poilão: Contexto geográfico e histórico

Justino Biai

Aspectos geográficos

O grupo de ilhas de João Vieira – Poilão inclui a parte mais meridional do arquipélago dos Bijagós, situando-se a sudeste da maior parte das restantes ilhas. Foi aqui que se delimitou e declarou o Parque Nacional Marinho de João Vieira e Poilão (PNMJVP), com uma área total de 49 500 ha. Destes, quase 97% correspondem a áreas marinhas, sendo que os restantes cerca de 3% correspondem a terras permanentemente emersas. O PNMJVP é delimitado a oeste pelo canal de Orango e a leste pelo canal do Poilão. O Canal de Orango vem do mar aberto e prolonga-se para norte, mudando de nome à medida que progride nessa direção, passando a Canal de Canhabaque, depois a Canal de Bolama, e chegando ao Rio Grande de Buba.

O Parque Marinho inclui águas muito pouco profundas, na sua maior parte com menos de 15 metros de profundidade, com alguns canais (principalmente o canal do Meio, entre João Vieira e Cavalos e Meio) com profundidades que atingem os 20, e mesmo os 30 metros. Existem sectores intermareais extensos e grandes superfícies de zonas marinhas rasas, com profundidades inferiores a 5 metros. Nalgumas zonas, os bancos podem ficar permanentemente emersos por períodos prolongados. Tal é o caso do Banco de Oliveira Muzante, situado logo a norte de João Vieira, e do banco das Gaivotas, que fica entre Meio e Poilão. Neste último local já cresceu vegetação terrestre, incluindo uma palmeira, mas nas últimas 2 décadas o mar tem coberto o banco com alguma regularidade. Na verdade, os fenómenos de erosão marinha são bastante evidentes ao longo do litoral, o que é testemunhado amiúde pelas árvores caídas sobre as praias em zonas onde o mar erodiu o solo

que as sustentava. Tal é particularmente evidente em vários sectores do litoral de João Vieira e na costa oeste de Cavalos. Em vários locais, existem recifes rochosos de extensão modesta, quer em redor das ilhas, quer surgindo no mar mais aberto, frequentemente aflo-
rando a superfície na baixa-mar.

Considerando apenas os locais onde existe terra permanentemente emersa, o PNMJVP compreende 6 ilhas e ilhéus (Tabela 1).

Tabela 1.

Ilhas do Parque
Nacional Marinho
João Vieira e Poilão.

Nome Português	Nome Bijagó	Superfície
João Vieira	Codut	900 ha
Meio	Noponoque	402 ha
Cavalos	Anchenem	210 ha
Poilão	Bias	50 ha
Águas	Aweto	3 ha
Cabras	Ameque	3 ha

As ilhas são predominantemente orladas por extensas praias de areia de declive pouco acentuado, bordejadas por zonas arbustivas ou florestas, com importante presença de palmeiras, e de grande beleza natural. As águas são em geral bastante calmas no litoral, visto que a ondulação marinha é quebrada nas zonas pouco profundas de bancos e recifes. As correntes de maré junto às ilhas são fortes e contribuem para levantar sedimentos que turvam as águas do arquipélago dos Bijagós. A visibilidade subaquática é um pouco melhor em plena época seca, em períodos sem vento e de marés mais pequenas. Em grande parte do ano, a visibilidade é inferior a 1 metro, sendo por vezes de apenas escassos centímetros. Tal condiciona as pesquisas e todo o tipo de actividades subaquáticas.

As ilhas apresentam um relevo suave e uma elevação muito reduzida acima do nível do mar. Os pontos mais altos (cerca de 20 metros acima do nível do mar) localizam-se em certos sectores de João Vieira, nomeadamente no centro da ilha e na costa oriental, bem



como no sul da ilha de Meio. Os solos são de origem sedimentar, com algum conteúdo de argila e cores que variam do vermelho ao amarelado, existindo também áreas com dunas essencialmente arenosas (com maior expressão na costa oriental da ilha de Cavalos).

Dado o pequeno tamanho das ilhas, não existem rios permanentes, mas na estação das chuvas formam-se algumas lagoas no interior, que transbordam para o mar através de pequenos canais onde a força da água pode ser considerável. Tal é particularmente notório no norte e na parte ocidental da ilha de João Vieira. Na parte sul da ilha de Cavalos existe uma zona lagunar costeira de pequenas dimensões, sujeita à intrusão diária das águas marinhas movidas pela força da maré, e separada do oceano por um sistema dunar.

O clima é o típico da Guiné-Bissau, com pluviosidade importante concentrada nos meses de Maio a Novembro, e uma estação completamente seca de Dezembro a Abril. A pluviosidade média anual supera os 2000 mm e a temperatura média situa-se nos 27° C.

Figura 1.
Vista aérea da ilha
de Poilão.

Créditos:
IBAP/en Haut

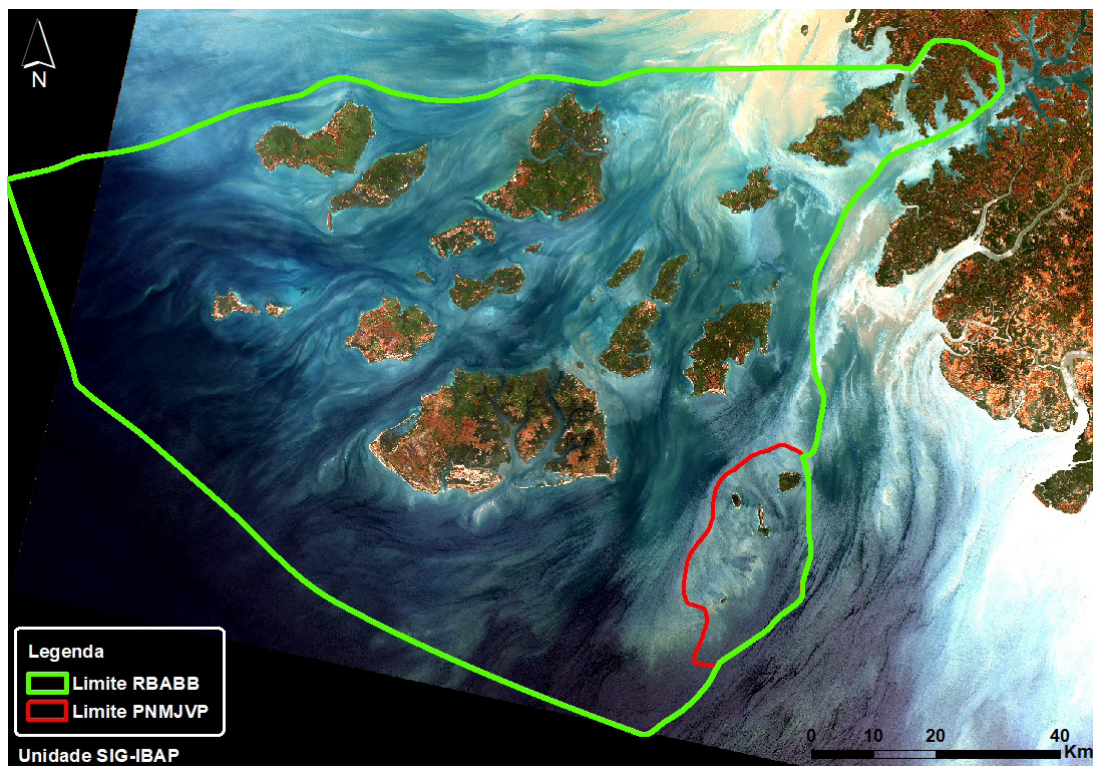


Figura 2.
Limites do Parque Nacional Marinho de João Vieira e Poilão (PNMJVP) no contexto da Reserva da Biosfera do Arquipélago de Bolama-Bijagós (RBABB), Guiné-Bissau.

As ilhas são dominadas por povoamentos de tipo arbóreo, com florestas de composição variada. Nalgumas zonas, os solos pobres de características arenosas não suportam mais do que uma vegetação esparsa predominantemente herbácea, com algumas escassas árvores. Estas zonas aparentam uma certa estabilidade, e as áreas actualmente cobertas por vegetação herbácea ou savana aberta aparecem já assinaladas nas cartas portuguesas resultantes dos levantamentos geográficos realizados em 1958 e 1959.

Procurou-se, mas sem sucesso, identificar a origem dos nomes portugueses ou crioulos das ilhas do Parque. Em particular, o nome de João Vieira é de origem incerta (ocasionalmente, vimos ser atribuído, erradamente, ao ex Presidente João Bernardo (Nino) Vieira). Na verdade, uma das mais antigas descrições das ilhas Bijagós foi feita pelo português de origem cabo-verdiana André Alvares de Almada. Nos seus escritos (originalmente publicados em 1594), baseados em experiência de primeira mão obtida no século XVI, encontram-se já as designações de João Vieira, Meio, Cavalos e Palão (= Poilão).

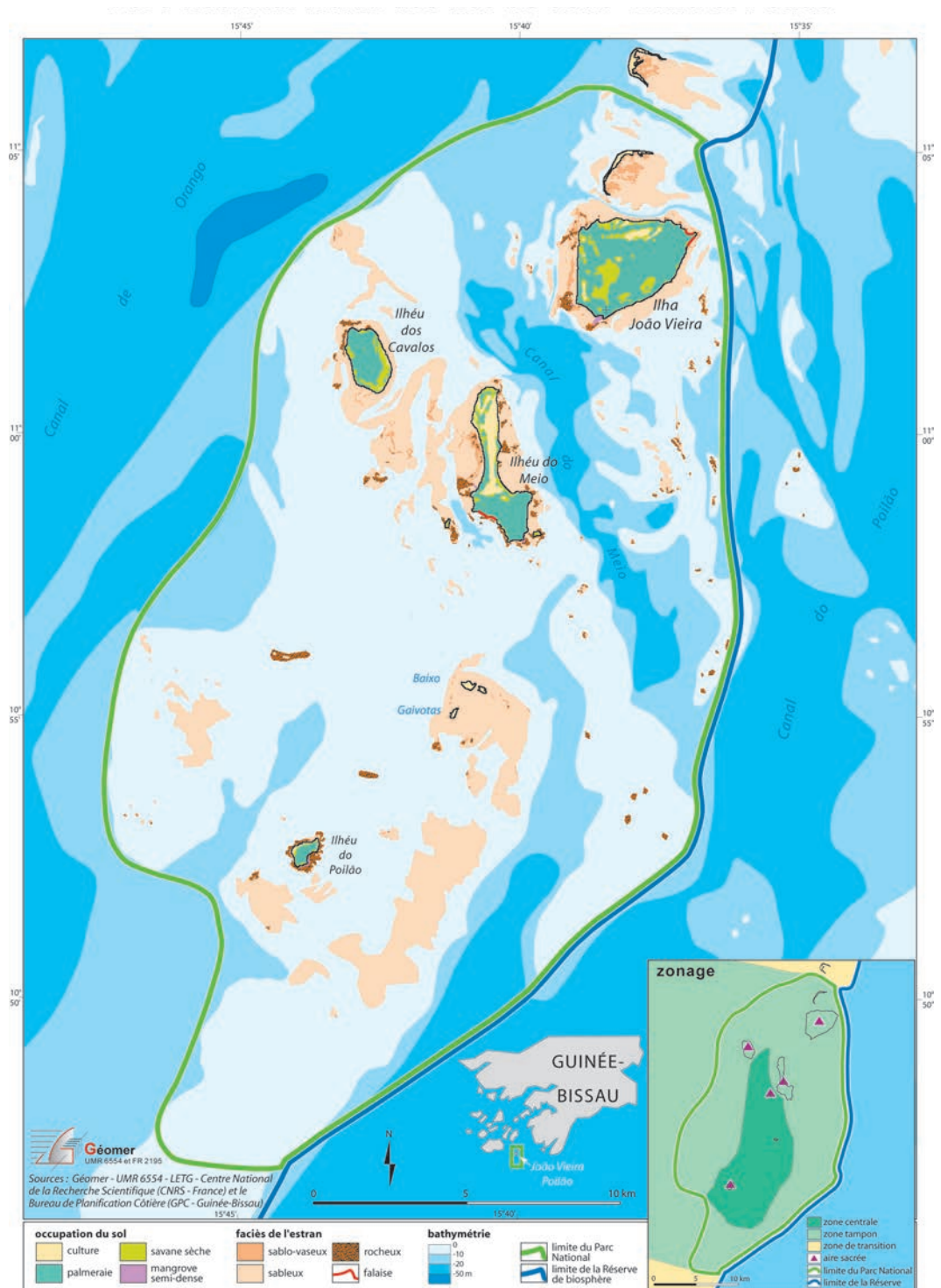


Figura 3.

Carta do Parque Nacional Marinho de João Vieira e Poilão.

Créditos: Géomer, Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS – France) e Gabinete de Planificação Costeira (GPC – Guiné-Bissau).



Figura 4.
Vista aérea do litoral
e da floresta sub-
húmida da ilha de
João Vieira.

Créditos:
IBAP/en Haut

De origem mais recente é o topónimo relativo aos Bancos ou Baixios de Oliveira Muzanty. Este nome refere-se, mais concretamente, a João Augusto de Oliveira Muzanty, que foi governador da Guiné de 1906 a 1909. Este militar chegou a contra-almirante em 1934 e foi chefe do então estado-maior naval português.

As ilhas do grupo de João Vieira e Poilão eram tradicionalmente desabitadas. Por exemplo, em 1947, Lima descreve como as ilhas não têm habitantes permanentes (o que já havia sido mencionado por Frei André de Faro em 1664), sendo ocasionalmente visitadas pelos Bijagós para exploração dos recursos da palmeira. Testemunhos do início dos anos 1960 (Naurois 1960) e ainda dos anos 1980 (Limoges 1991) confirmam o estatuto desabitado das ilhas, apenas com visitas ocasionais por parte dos Bijagós e de alguns pescadores, sobretudo Nhomincas. As visitas dos Bijagós de Canhabaque desenrolaram-se pois ao longo de séculos, sobretudo para a recolha

dos produtos da palmeira, para a realização de cerimónias de iniciação e, mais recentemente, para a agricultura itinerante. Contudo, estas populações regressavam sistematicamente ao local de origem, em Canhabaque, sem se fixarem nas ilhas do Parque. Em 1992, Claude Bossart, pescador francês, fixa-se em João Vieira, tornando-se no primeiro habitante permanente conhecido nestas ilhas. Inicialmente dedicava-se à pesca de peixes cartilagíneos, mas depois da criação do Parque Marinho reconverteu a sua actividade, passando a ter uma pequena operação turística com quartos e visitas sobretudo de pescadores desportivos.

A ilha de Poilão e a sua colossal agregação de tartarugas marinhas reprodutoras só foi descoberta para a ciência e para o mundo exterior em 1990 (descoberta durante um levantamento realizado por Benoit Limoges e Honório Fernandes, entre outros), chamando a atenção para a enorme importância do grupo de ilhas para a conservação da biodiversidade no país e na região Oeste Africana (ver Catry *et al.* 2009).

Histórico da criação e implementação do PNMJVP

No decurso de diversos trabalhos nacionais de planificação e ordenamento costeiro, que se desenrolaram sobretudo entre 1989 e 1995, o grupo de ilhas de João Vieira foi identificado como sendo de conservação prioritária. Já em 1991, na proposta para um plano de gestão da Reserva da Biosfera Bolama Bijagós, propõe-se que Cavalos, Meio e Poilão constituam áreas de protecção integral, e que João Vieira seja uma reserva florestal (Limoges e Robillard 1991).

Os objectivos intrínsecos da criação do Parque Nacional Marinho João Vieira e Poilão (PNMJVP) giraram assim em torno do facto de este fazer parte integrante Reserva da Biosfera do Arquipélago Bolama Bijagós (RBABB).

Igualmente importante é a complexidade das relações de propriedade tradicional e riqueza cultural das comunidades Bijagós envolvidas. Áreas com estas características merecem medidas de



Figura 5.
Ilha de Cavalos,
mostrando a extensa
praia, a zona húmida
costeira e a floresta
sem intervenção
humana.

Créditos:
IBAP/en Haut

conservação muito particulares e por conseguinte muito robustas e mais restritivas. As ilhas do PNMJVP são propriedade tradicional de 4 tabancas da ilha de Canhabaque, estas populações sendo desde sempre implicadas na gestão do Parque.

Fase preliminar com vista à criação do Parque

O arranque das negociações para a criação do Parque Nacional Marinho João Vieira e Poilão deu-se nos anos 1990 e esteve intimamente associado ao processo de criação da RBABB. O “Estudo Socioeconómico” (INEP/PNUD 1990) e a “Proposta para a Criação de uma Reserva da Biosfera” (DGFC/CECI/UICN 1990) realizados no início da década já salientavam a importância ecológica e ambiental da área de João Vieira e Poilão. Realça-se, no entanto, que as populações locais, muito tempo antes, reconheceram esta importância, desenvolvendo inclusive mecanismos para a sua protecção tendo por base os seus usos e costumes tradicionais.

Distinguem-se alguns marcos principais do processo preliminar de criação do Parque, destacando-se sobretudo as negociações com as autoridades locais e tradicionais, a população, a sociedade civil e os parceiros de desenvolvimento, para a implementação da filosofia

de uma Reserva da Biosfera no Arquipélago Bolama-Bijagós e do PNMJVP:

- **1990:** Estudo socioeconómico do Arquipélago Bolama-Bijagós.
- **1992:** Estudo socioeconómico e ambiental da ilha de Canhabaque.
- **1992:** Missão de avaliação sobre a problemática da pesca ilegal no grupo das ilhas de João Vieira.
- **1993:** Visita do Embaixador da Suíça a Canhabaque (a cooperação suíça viria a garantir boa parte dos meios financeiros que sustentaram o processo que levou à criação do Parque).

Figura 6.

Vista da ilha do Meio, com as suas falésias cor-de-laranja.

Créditos:

IBAP/en Haut



Figura 7.

Lançamento da primeira pedra para a construção da sede do Parque pelo Sr. Luc Hoffman, Presidente Honorário da FIBA (Dezembro de 2001).



- **1993-94:** Inquérito sobre a espacialização (ocupação do solo) das actividades económicas e de subsistência e da utilização de recursos naturais na região Bolama-Bijagós.
- **1994:** Campanha de sensibilização sobre a caça e a gestão dos recursos naturais.
- **1995:** Encontro dos representantes das ilhas.
- **1994-96:** Participação de jovens das tabancas do sul de Canhabaque nas campanhas de monitorização de tartarugas marinhas.
- **1995-96:** Campanha de sensibilização de pais e encarregados de educação sobre a necessidade de educação de seus filhos e a escolha e selecção de colaboradores para o ensino.
- **1996:** Apoio à tabanca de Ambeno na realização de várias cerimónias.
- **1996:** Negociações relativas à implantação de infraestruturas turística na ilha de Meio (Africa Queen) e na ilha de Anrinhe (Canhaba Club).



- **1996:** Instalação de rádios VHF de comunicação e receptores de rádio.

- **1998:** Estudo de impacto ambiental e social da criação do Parque Nacional Marinho de João Vieira e Poilão.

Figura 8.
Sede do PNMJVP
na ilha de João Vieira.

Créditos:
Pierre Campredon

Durante esta fase preliminar foram elaborados, submetidos e discutidos a diferentes níveis, com os principais intervenientes identificados, documentos de reconhecimento desta Área Marinha Protegida. O decreto de criação do Parque Nacional Marinho João Vieira e Poilão viria a ser discutido e aprovado pelo Governo em Agosto de 2000, e nesse mesmo ano o Decreto é publicado em Diário da República.

A criação do PNMJVP foi resultado do trabalho conjunto da RBABB, do Núcleo das Áreas Protegidas (NAP) da União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN), do Gabinete da Planificação Costeira (GPC) e do Centro de Estudos da Tecnologia Aplicada (CEATA) do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP).

Inicialmente, a gestão do Parque foi feita pela UICN, mas em 2004 foi criado o Instituto da Biodiversidade e das Áreas protegidas (IBAP), que passou a ser a instituição nacional responsável pela referida gestão.



Figura 9.
Tartaruga marinha e troncos de cabaceira no PNMJVP. A abundância de tartarugas foi um dos principais pretextos para a classificação deste parque nacional.

Créditos:
Paulo Catry

O interesse que as autoridades nacionais e a comunidade internacional têm dedicado a este Parque é indiscutível. Como prova, o Governo, a Assembleia Nacional e o Presidente da República aprovaram o acto simbólico de declarar em 2001 o recém-criado Parque Nacional Marinho como "Dom à Terra" (*Gift to the Earth*) como parte da "Campanha por um Planeta Vivo" da WWF. Um certificado de reconhecimento desta iniciativa foi emitido e assinado pelo director-geral desta organização internacional de conservação.

Fase de operacionalização e consolidação da gestão do Parque

A história do PNMJVP e da sua actividade tem sido fortemente influenciada pela implementação de sucessivos projectos de apoio, o que se reflete na seguinte descrição da sucessão de acontecimentos e iniciativas.

1ª Etapa:

Dada a sua importância a nível nacional e internacional, o PNMJVP beneficiou através da FIBA (Fondation Internationale pour le Banc d'Arguin) de um apoio financeiro da Fundação MAVA num valor total de 500 000 CHF para uma primeira fase de três anos (2002-2004).

Principais atividades realizadas durante a vigência desta 1ª etapa:

- Construção da Sede do Parque;
- Aquisição de embarcação, mobiliários, equipamentos informáticos e científicos;
- Formação e capacitação de 3 guardas de parque/marinheiros;
- Aquisição de equipamento logístico para os guardas;
- Eleição dos membros do Conselho de Gestão a nível de Canhabaque e apoio ao funcionamento desta estrutura;
- Sinalização, animação e educação ambiental nas tabancas circundantes do Parque;
- Monitorização e seguimento das espécies ameaçadas;
- Fiscalização das águas e vigilância nas ilhas do Parque;
- Instalação de novos rádios VHF nas tabancas;
- Apoio a iniciativas locais de desenvolvimento;
- Recenseamento dos pescadores, populações e outros intervenientes nas zonas do Parque, etc.

Construção de infraestruturas, instalação e funcionamento da sede do Parque na ilha de João Vieira

Para permitir uma fiscalização coerente das actividades no interior do Parque e uma permanência efectiva do pessoal desta estrutura, foi construída a sede do mesmo na ilha de João Vieira. Durante o processo de construção da sede, foi respeitado todo o procedimento administrativo legal e as regras tradicionais locais. Em Dezembro de 2001, fez-se um pedido de autorização junto das autoridades tradicionais das tabancas proprietárias das ilhas do Parque. Este marco foi seguido pela realização de uma cerimónia tradicional e lançamento da primeira pedra da futura sede na ilha de João Vieira, na presença dos representantes do Estado, do poder tradicional, da UICN e da FIBA, em especial do Sr. Luc Hoffman, Presidente Honorário dessa instituição e embaixador do Parque Nacional Marinho João Vieira e Poilão.

Em função das carências mais prementes identificadas pela população de Canhabaque, ao nível da educação, meios de comunicação, saúde e produtos de primeira necessidade, entre outras, o PNMJVP

e a UICN responderam em 2003 com a construção e implementação de duas escolas (nas tabancas de Ambeno e Menegue) e duas casas multifuncionais que comportavam farmácia comunitária, loja comunitária, rádio VHF e dois quartos de passagem.

2ª e 3ª Etapas:

Após a criação do IBAP, a FIBA alterou sua estratégia de financiamento e veiculou o seu apoio através de um projecto de apoio às Áreas Marinhas Protegidas da Guiné-Bissau. Este projecto continuou a representar um sustento financeiro de fundo para o PNMJVP, mas estendeu-se também ao Parque Nacional de Orango (PNO) e à Casa de Ambiente e Cultura de Bubaque, a fim de reforçar a eficácia das estruturas de gestão das áreas protegidas marinhas (AMP), bem como o sistema de monitorização participativa existente na RBABB.

Este apoio do programa FIBA AMP foi realizado através dos projectos "Apoio à criação e reforço de AMPs (2004 - 2007)" e subsequentemente pelo projecto de "Apoio para o reforço da eficiência de gestão das AMPs (2008 - 2011)" no âmbito do Programa Regional para a Conservação da Zona Costeira e Marinha da África Ocidental (PRCM). Entre as actividades e resultados destes dois projectos há que destacar os seguintes:

Fiscalização de actividades económicas

As actividades de fiscalização tornaram-se mais eficientes a partir de 2005, com a chegada e entrada em função das vedetas financiadas pela FIBA para o PNMJVP e para o PNO, reforçando assim a presença e a capacidade de intervenção dos agentes de fiscalização. Para além de saídas de fiscalização de rotina, organizaram-se também numerosas fiscalizações conjuntas e participativas com as populações e as autoridades da fiscalização marítima do Sector de Bubaque.

Para melhor gerir este instrumento náutico de fiscalização marítima foram realizados vários cursos de formação e de capacitação dos agentes das embarcações, dos chefes de bordo e dos seus adjuntos. A introdução das coordenadas dos limites do Parque no GPS das embarcações revelou-se como uma iniciativa de grande



importância. Outrossim, a intensificação de saídas de observação e seguimento de actividades em terra firme permitiu controlar e combater a captura de papagaios-cinzentos e o consumo de tartarugas marinhas, assim como o registo de visitantes.

Monitorização, seguimento ecológico e estudos

Neste período, os guardas do Parque foram treinados e a monitorização de tartarugas marinhas, aves aquáticas e papagaios foi realizada rotineiramente, sendo as fichas enviadas para Bissau e produzidos os respectivos relatórios.

Em 2007, retomaram-se as campanhas intensivas de monitorização de tartarugas marinhas em Poilão (antes haviam ocorrido campanhas intensivas em 1994 e 1995, e em 2000 e 2001), que a partir de então se tornaram anuais até ao presente. Foram ainda feitas contagens regulares noutras praias. Os papagaios-de-timneh também começaram a ser alvo de uma atenção especial e as árvores de poiso, alimentação e nidificação foram identificadas e cartografadas. Relativamente às espécies ictiológicas, moluscos e crustáceos, houve uma colaboração entre a direcção do Parque e os operadores turísticos (C. Bossard e Africa Queen) no fornecimento de imagens fotográficas sobre as espécies que ocorrem no Parque.

Figura 10.
Praia com areia
e rocha na ilha
de João Vieira.

Créditos:
Paulo Catry



Figura 11.
Vista do litoral
em Poilão.

Créditos:
Rui Rebelo

Realizou-se ainda um inventário e produziu-se um livro sobre as plantas para uso na farmacopeia tradicional no PNMJVP/Canhabaque.

Comunicação, sensibilização e educação ambiental

Um ponto muito positivo dos projectos deste período foi o apoio à transmissão de emissões de rádio (via Rádio Djan-djan) sobre conservação, pesca responsável e desenvolvimento sustentável. A divulgação de normas de acesso, uso e utilização do Parque junto dos pescadores nos portos de desembarque (Varela, Cacheu, Bubaque, acampamentos de pesca de Inorei e da ilha de Porcos) teve impactos altamente positivos no que concerne a presença de pescadores, tanto nacionais como estrangeiros, nas águas e limites do Parque. Colocaram-se placas informativas nas ilhas (em substituição das anteriores que estavam danificadas) para situar, ilustrar e informar os visitantes. Foi feito um esforço de vitalização da sala de exposições e ecomuseu da sede do Parque, equipando-se a pequena biblioteca,

produzindo-se materiais de comunicação e recolhendo-se peças de arte e da cultura bijagó que ali ficaram patentes aos visitantes.

Apoio às iniciativas locais de desenvolvimento comunitário

Para fortalecer o acompanhamento de iniciativas de desenvolvimento local nas aldeias de Canhabaque, foram recrutados e afectados dois animadores locais. Estes tiveram um papel importante em diversas iniciativas e processos, sobretudo na gestão das escolas e lojas comunitárias de Ambeno e Menegue e no fortalecimento organizacional das mulheres, particularmente através da organização de um curso nocturno de alfabetização funcional para as mulheres das tabancas de Bine, Ambeno e Inhoda. O IBAP também concedeu apoios nos transportes, através do uso da canoa do Parque, bem como na melhoria do bem-estar social, por via de um melhor acesso à água potável. Para pôr cobro à falta de capacidades de pagamento das propinas por parte dos encarregados de educação e dos alunos, apoiou-se também no pagamento de alguns meses de subsídio aos professores e no recrutamento de professores para a escola na tabanca de Menegue. Por outro lado, construiu-se um armazém no porto da tabanca de Ambeno para facilitar o armazenamento de produtos adquiridos para a loja comunitária, abrigo que serviu também para a protecção dos populares, sobretudo na época chuvosa.

Durante a vigência destes projectos, o Parque iniciou na ilha de Poilão uma experiência de ecoturismo em pequena escala para a visita aos locais de nidificação das tartarugas marinhas. Testou-se o potencial desta actividade, nomeadamente como forma de contribuir para o financiamento a longo-prazo do Parque.

Nesta etapa, o projecto “Gestão da Biodiversidade e da Zona Costeira” financiado pelo Banco Mundial e pela União Europeia funcionou em paralelo aos projectos acima citados. Ao nível do PNM-JVP, e mais particularmente em Canhabaque, este projecto também permitiu: remunerar os salários dos agentes do Parque; construir poços em cada tabanca; fornecer uma prensa de óleo de palma para a tabanca de Ambeno; comprar motocicletas para animadores em Canhabaque; formar e capacitar elementos das comunidades locais



Figura 12.
Praia mostrando
elevada densidade
de rastros de tartarugas
em Poilão.

Créditos:
Paulo Catry

sobre a gestão de lojas e farmácias comunitárias; e comprar e instalar uma estação de rádio VHF para a tabanca de Bine.

A UNICEF esteve também envolvida na área com a construção e reabilitação de escolas, incluindo em Ambeno e Bine. Nesta etapa houve ainda a intervenção de demais parceiros e programas de financiamento, destacando-se entre outros, a iniciativa LIFEWEB, o GEF, o PNUD, a IDA/Banco Mundial, a UICN, o ISPA – Instituto Universitário, a Universidade de Exeter, o Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT), a União Europeia, o U.S. Fish and Wildlife Service e a Noé Conservation.

4º Etapa:

A quarta etapa de intervenções no PNMJVP tem sido caracterizada por uma diversidade de parceiros nacionais e internacionais, nomeadamente a Fundação MAVA, o ISPA – Instituto Universitário e o World Parrot Trust, entre outros. Entre 2013 e 2017,

desenrolou-se o projecto “Investigação Participativa ao Serviço da Biodiversidade do PNMJVP”, com ênfase em numerosas acções de formação e pesquisas científicas, resultando num grande avanço no conhecimento da biodiversidade e do funcionamento dos ecossistemas do Parque. A partir de 2018 iniciaram-se dois novos projectos financiados pela MAVA, um dedicado às aves aquáticas e outro dedicado às tartarugas-marinhas do arquipélago dos Bijagós, tendo este último grande intervenção no PNMJVP.

Assegurar duravelmente a conservação do PNMJVP e a criação de um modelo de gestão adaptado, com base num programa de pesquisas, monitorização e formação envolvendo todos os intervenientes é o principal objectivo dos projectos implementados nesta etapa. Como objectivos específicos destacam-se:

1. Melhorar os conhecimentos sobre a biodiversidade e o funcionamento dos ecossistemas do PNMJVP.
2. Reforçar as capacidades locais e nacionais em matéria de inventário, seguimento e pesquisa científica.
3. Melhorar a gestão participativa do PNMJVP, reforçando a presença do IBAP, valorizando o conhecimento adquirido e apoiando alternativas económicas.

Bibliografia

- Almada AA (1964) Tratado breve dos rios de Guiné do Cabo Verde. A. Brásio (ed.) Lisboa: Editorial L. I. A. M.
- Catry P, Barbosa C, Paris B, Indjai B, Almeida A, Benoit L (2009) Status, ecology, and conservation of sea turtles in Guinea-Bissau. *Chelonian Conserv. Biol.* 8: 150–160.
- Cuq F (ed.) (2001) Un Système d'Information Géographique pour l'aide à la gestion intégrée de l'archipel des Bijagos (Guinée-Bissau). Notice de la carte, constitution et exploitation du SIG. Brest: Géosystèmes.
- Limoges B, Robillard M (1991) Proposition d'un plan d'aménagement de la réserve de la biosphère de l'archipel des Bijagós. Gland: UICN.
- Naurois R (1981) La distribution géographique du perroquet gris *Psittacus erythacus timneh*. *Malimbus* 3: 59–61.